



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 006/2026/GABINETE
LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 21811/2025

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021)

1.1 Natureza e Descrição do Objeto

1.1.1. O presente termo tem como objeto a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução da Reforma Geral do Vestiário do Tiro de Guerra, localizado na Avenida Vitória Régia (Avenida 1705) nº 1626, Lote 01-R1 da Quadra 17 do Setor 17 – Jardim Primavera, Município de Vilhena/RO, sob o regime de empreitada por preço global. Os serviços a serem executados visam à completa revitalização do espaço, com o propósito de restabelecer condições adequadas de uso, higiene, segurança e funcionalidade, que atualmente se encontram comprometidas pelo desgaste natural decorrente do tempo e do uso contínuo das instalações.

1.1.2. A execução da obra abrangerá um conjunto integrado de intervenções, que incluem, a remoção integral das instalações sanitárias existentes, como vasos sanitários e pias; demolição e remoção de pisos e revestimentos cerâmicos (azulejos) desgastados; adequações em alvenaria para o refazimento e reorganização do layout interno; execução de novos contrapisos e instalação de novos pisos e revestimentos cerâmicos; readequação completa das instalações hidrossanitárias, incluindo tubulações de água e esgoto; instalação de novas louças e metais sanitários; e a execução de serviços de acabamento, como pintura e demais complementos necessários.

1.1.3. Todos os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e diretrizes estabelecidas no Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos técnicos que compõem o Anexo I deste Termo de Referência e integram o Processo Administrativo nº 21811/2025.

1.1.4. O objeto é classificado como **serviço comum de engenharia** nos termos do **inciso XXI do Art. 6º da Lei 14.133/2021**.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

1.2 Quantitativos

1.2.1. Os serviços objeto da presente contratação encontram-se devidamente qualificados e quantificados na Planilha Orçamentária e no Memorial Descritivo, elaborados com base nos levantamentos técnicos e projetos de engenharia e arquitetônico da reforma do vestiário do Tiro de Guerra, os quais definem os serviços necessários para execução da obra, incluindo remoções, adequações de alvenaria, execução de novos pisos e revestimentos cerâmicos, instalações hidrossanitárias e demais serviços complementares previstos para a reforma do ambiente, assegurando a precisão necessária para a formulação das propostas pelos licitantes e para a correta execução e fiscalização do contrato.

1.2.2. A definição dos serviços segue as normas técnicas aplicáveis, garantindo coerência entre os quantitativos, a composição de custos e a execução física da obra, de forma a assegurar o atendimento aos objetivos do projeto e a adequada utilização dos recursos públicos.

1.3 Prazo do Contrato e Possibilidade de Prorrogação

1.3.1. O contrato a ser firmado terá um prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, período que abrange a execução dos serviços e as obrigações de garantia e responsabilidade técnica.

1.3.2. O prazo para a execução completa da obra é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço pela Administração, conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro anexo.

1.4 Não há previsão de prorrogação do prazo de vigência contratual, salvo nas hipóteses legalmente previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e aceita pela contratada, especialmente em situações que envolvam a necessidade de alterações no projeto, superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou interrupção da execução por ato ou fato da Administração.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 2021)

2.1 A presente contratação é fundamentada na necessidade imperativa de promover a adequação das instalações físicas do vestiário do Tiro de Guerra, conforme detalhadamente apurado e justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento integrante do Processo Administrativo nº 21811/2025. O referido estudo concluiu pela

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

viabilidade e pela urgência da contratação, demonstrando que a reforma é a solução mais adequada para atender ao interesse público.

2.2 A necessidade da intervenção decorre do avançado estado de desgaste das instalações atuais, que, em razão do uso contínuo e da ação do tempo, não mais atendem aos padrões mínimos de higiene, segurança, salubridade e funcionalidade. O ETP evidenciou que os revestimentos, as instalações sanitárias e a organização interna do espaço estão obsoletos e deteriorados, comprometendo o conforto e a dignidade dos atiradores e demais usuários da unidade. Tal situação não apenas prejudica o bem-estar dos usuários, mas também representa um risco à integridade do patrimônio público, exigindo uma ação corretiva e modernizadora por parte da Administração.

2.3 A contratação justifica-se, portanto, como medida essencial para preservar o patrimônio público, garantir um ambiente salubre e funcional para o desenvolvimento das atividades institucionais do Tiro de Guerra e proporcionar condições dignas de uso aos seus frequentadores. A reforma visa restabelecer a plena operacionalidade do vestiário, alinhando a infraestrutura às necessidades contemporâneas da unidade e assegurando a durabilidade e a segurança do imóvel, em conformidade com as normas técnicas vigentes e os princípios da eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

2.4 A contratação trata-se de serviço comum de engenharia está prevista para ser realizada por Licitação na modalidade **Concorrência**, conforme preceitua a **inciso XXXVIII do Artigo 6º e §2 do Art. 17 da Lei nº 14.133/2021** de 1º de abril de 2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos e conforme Decreto Municipal nº 59.674 de 23 de fevereiro de 2023.

2.5 Além da proposta com valor global, os licitantes deverão fornecer o valor unitário para cada item por meio de uma planilha orçamentária, conforme previsto no Artigo 56, § 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.6 A escolha da Licitação na modalidade **Concorrência**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento, para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela probabilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante a disputa licitatória.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

2.7 De acordo com o R-138, Regulamento dos Tiros de Guerra, os contratos de cooperação entre Exército Brasileiro e Prefeituras são firmados com os seguintes objetivos:

[...]

Art. 2º Os Tiros-de-Guerra (TG) são Órgãos de Formação da Reserva (OFR), que possibilitam a prestação do Serviço Militar Inicial, no município sede do TG, dos convocados não incorporados em Organização Militar da Ativa (OMA), de molde a atender à instrução, conciliando o trabalho e o estudo do cidadão.

Parágrafo único. Além de propiciar a prestação do serviço militar inicial, os TG devem:

I contribuir para estimular a interiorização e evitar o êxodo rural;

II constituir-se em pólos difusores do civismo, da cidadania e do patriotismo;

III colaborar em atividades complementares, mediante convênio com órgãos federais, estaduais e municipais, no funcionamento de ensino profissionalizante em suas dependências e na utilização das mesmas em práticas cívicas, esportivas e sociais, em benefício da comunidade local;

IV mediante autorização dos Comandantes Militares de Área:

a) atuar na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e na Defesa Territorial;

b) participar na Defesa Civil; e

c) colaborar em projetos de Ação Comunitária.

[...]

2.8 A continuidade das atividades do Tiro de Guerra é um dos atributos principais a ser levado em conta, tendo em vista que sua interrupção reflete na prestação dos serviços públicos o que causaria transtornos à população em geral.

2.9 Considerando que na estrutura orçamentária do Gabinete do Prefeito estão inseridas as dotações orçamentárias do Tiro de Guerra, o qual possui rotinas operacionais internas e externas de atendimento a população municipal, que são de tamanha intensidade essas ações, e por essa razão faz-se necessária a referida contratação.

2.10 Considerando o interesse público nesta contratação, para o atendimento ao Tiro de Guerra que matricula todos os anos 50 (cinquenta) Atiradores que são formados no período de 9 (nove) meses (01 março à 30 de novembro), com instrução 06 (seis) dias da semana (segunda à sábado), duas horas por dia, tendo uma equipe composta por 06 (seis) militares que realiza a guarnição (diária) segurança das instalações.

2.11 Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a devida contratação:

a) Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução da Reforma Geral do Vestiário do Tiro de Guerra;

b) Contratação do serviço é necessária para a continuidade dos serviços no Tiro de Guerra.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

2.12 A opção por contratação desse serviço é a mais viável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, XXIII, alínea “c”, da Lei nº 14.133, de 2021)

3.1 A solução adotada para atendimento da necessidade da Administração consiste na reforma geral do vestiário do Tiro de Guerra, localizado na Avenida Vitória Régia (Avenida 1705), nº 1626, Lote 01-R1 da Quadra 17, Setor 17 - Jardim Primavera, de forma a restabelecer condições adequadas de uso, higiene, segurança e funcionalidade do espaço.

3.2 A execução da obra compreenderá a realização de serviços de demolição e remoção de revestimentos existentes, adequação de alvenarias, instalação de novos pisos e revestimentos cerâmicos (azulejos), readequação das instalações hidrossanitárias, substituição de louças e metais sanitários, reorganização do layout interno e execução de acabamentos, conforme definido no Projeto Arquitetônico, memoriais descritivos e especificações técnicas.

3.3 A solução garante:

3.3.1 Qualidade e durabilidade dos serviços e materiais empregados, assegurando que a obra atenda a padrões técnicos e normativos da construção civil;

3.3.2 Adequação funcional e estética, reorganizando o ambiente de acordo com as necessidades atuais do vestiário;

3.3.3 Segurança e conforto aos usuários, com observância das normas de segurança do trabalho, acessibilidade e higiene;

3.3.4 Eficiência na execução, contemplando cronograma e metodologia compatíveis com a complexidade da reforma;

3.3.5 Compatibilidade com os recursos disponíveis, utilizando estimativas de custo fundamentadas em referência técnica do SINAPI/RO, encargos sociais e BDI, e considerando a logística local de materiais e mão de obra.

3.4 A solução escolhida representa o meio mais adequado, econômico e seguro para atender à necessidade da Administração, reunindo eficiência técnica, viabilidade econômica e cumprimento das normas legais e regulatórias aplicáveis, garantindo que o vestiário seja entregue em condições plenamente funcionais e duráveis.

3.5 Considerando todo o ciclo de vida do objeto, a solução definida para sanar a necessidade da Administração é a contratação única e integral de empresa especializada

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

para a execução completa da reforma do vestiário. Esta abordagem foi considerada a mais eficiente, econômica e segura, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar. A execução da obra em um único contrato, por uma única empresa, evita os problemas de coordenação, responsabilidade e compatibilidade que poderiam surgir com o parcelamento do objeto.

3.6 O ciclo de vida desta solução foi projetado para garantir máxima durabilidade e baixa necessidade de manutenção a médio e longo prazo. A escolha por materiais de qualidade comprovada e a exigência de execução em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) asseguram que a infraestrutura renovada terá uma vida útil prolongada. A reorganização funcional do espaço e a utilização de componentes modernos não apenas melhoram a experiência do usuário, mas também contribuem para a economia de recursos, como água, e facilitam as futuras rotinas de limpeza e conservação. Desta forma, a solução não apenas resolve o problema imediato de deterioração, mas representa um investimento na valorização e na sustentabilidade do patrimônio público.

3.7 DA SUSTENTABILIDADE

3.7.1 A contratada deverá atender aos preceitos e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, bem como respeitar as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sobre resíduos sólidos e as legislações pertinentes concernentes às reduções de emissões de gases poluentes na atmosfera e descarte de resíduos líquidos e sólidos para a promoção de um ambiente íntegro e confiável.

3.7.2 Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial, as escolhas dos materiais e da gestão na produção podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação.

3.7.3 A empresa contratada deve prever, nas especificações técnicas ou obrigações da contratada, mecanismos de implementação da sustentabilidade que estipulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes ao consumidor, utilização de produtos materiais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

3.7.4 Recomenda-se que seja exigido da contratada a implementação de ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente, a exemplo da utilização de combustíveis menos agressivos ao meio ambiente.

3.7.5 A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;

b.2) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, “ABNT NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

3.7.6 Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, caso haja, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA e ABNT NBR 10004/2004.

3.7.7 Será exigido da contratada, antes do início da execução da obra, contrato ou outro documento idôneo firmado com empresa, devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, que fará a Coleta, Transporte e Destinação Final de resíduos.

3.7.8 Será exigido, durante a execução dos serviços, que a Contratada apresente Certificados de Coleta de Resíduos, emitidos pela empresa contratada para essa finalidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.1 A contratação e a execução do objeto deverão atender a um conjunto de requisitos rigorosos, técnicos e operacionais, destinados a assegurar a qualidade, a segurança, a legalidade e a eficiência do resultado final. Estes requisitos abrangem tanto as especificações técnicas da obra quanto as qualificações da empresa a ser contratada.

4.2 Requisitos da Obra

4.2.1 Tipo de Obra: Execução de obra de reforma predial, contemplando a reforma geral do vestiário do Tiro de Guerra, localizado na Avenida Vitória Régia (Avenida 1705), nº 1626, Lote 01- R1 da Quadra 17, Setor 17 - Jardim Primavera, incluindo remoção das instalações sanitárias existentes, execução de novos pisos e revestimentos cerâmicos (azulejos), adequações de alvenaria e reorganização do layout interno, conforme definido em Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais documentos constantes nos autos.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

4.2.2 Definições Técnicas da Obra: A execução dos serviços deverá seguir integralmente os projetos de engenharia e especificações técnicas que compõem o processo de contratação.

4.2.3 Conformidade com Projetos e Normas Técnicas: A execução dos serviços deverá seguir, de forma integral e irrestrita, as especificações contidas no Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos anexos. Os serviços deverão atender às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis à construção civil, especialmente aquelas relacionadas a revestimentos, instalações sanitárias, alvenaria e demais serviços de reforma predial, conforme exigências de segurança na construção civil, bem como às legislações e regulamentações vigentes.

4.2.4 Materiais e Equipamentos: Os materiais e equipamentos utilizados na execução da obra deverão ser de boa qualidade e em conformidade com as especificações técnicas dos projetos, não sendo aceitos materiais com imperfeições ou de qualidade inferior. A Contratada deverá submeter à aprovação prévia da fiscalização as amostras dos principais materiais a serem utilizados. Quando aplicável, os materiais deverão possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), assegurando padrões de segurança, desempenho e durabilidade.

4.2.5 Qualidade e Durabilidade da Obra: Os serviços executados deverão garantir adequada resistência, acabamento e durabilidade, assegurando condições adequadas de uso, higiene, funcionalidade e segurança das instalações do vestiário.

4.2.6 Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente: A Contratada deverá cumprir rigorosamente todas as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego relativas à segurança e saúde no trabalho, fornecendo todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) necessários para garantir a integridade dos trabalhadores, dos usuários da unidade. A execução da obra deverá observar as normas de proteção ambiental e adotar medidas mitigadoras para os impactos ambientais da obra, bem como a destinação adequada de resíduos da construção civil (entulho), que deverão ser descartados em locais devidamente licenciados, e ao controle de ruídos e poeira durante a execução dos serviços.

4.2.7 Garantia da Obra: A empresa contratada deverá garantir a qualidade da obra executada pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, abrangendo eventuais defeitos estruturais, vícios ocultos ou falhas decorrentes da execução ou dos materiais utilizados,

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

conforme a legislação aplicável às obras públicas, especialmente nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, que estabelece a responsabilidade do construtor pela solidez e segurança da obra pelo prazo de cinco anos.

4.3 Requisitos da Empresa Contratada:

4.3.1 A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

4.3.2 Regularidade Jurídica, Fiscal e Trabalhista: A empresa licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, sua regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação de toda a documentação exigida na Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital de licitação, incluindo certidões negativas de débitos com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com a Justiça do Trabalho.

a) Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ (art. 68, inciso I, da Lei nº 14.133/2021);

b) Certidão de regularidade de débitos relativos à Fazenda Federal (Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), admitindo-se certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do art. 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

c) Certidão de regularidade de débitos junto à Fazenda Estadual, admitindo-se certidão positiva com efeitos de negativa;

d) Certidão de regularidade de débitos junto à Fazenda Municipal, admitindo-se certidão positiva com efeitos de negativa;

e) Certificado de regularidade do FGTS, admitindo-se certidão positiva com efeitos de negativa (art. 68, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitindo-se certidão positiva com efeitos de negativa (art. 68, inciso V, da Lei nº 14.133/2021).

4.3.3 Qualificação Econômico-Financeira: tem por objetivo comprovar a capacidade da futura contratada de cumprir as obrigações decorrentes da contratação, assegurando a adequada execução do objeto e a mitigação de riscos à Administração Pública. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas (art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021);

b) Apresentação do balanço com os respectivos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados e/ou autenticados na Junta Comercial da sede da licitante, ou transmitidos via SPED;

c) Para empresas constituídas há menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial proporcional ao período de existência, podendo ser substituído pelo balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial, ou transmitido via SPED;

d) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, expedida pelo órgão competente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, salvo se constar prazo de validade diverso;

d.1) Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial competente atestando sua aptidão econômico-financeira para participar do certame, conforme entendimento do TCU (Acórdão nº 1.201/2020 – Plenário).

4.3.4 Qualificação Técnica: A licitante deverá demonstrar sua capacidade técnica para a execução do objeto, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica que demonstre(m) experiência e comprove(m) a execução de obras ou serviços de engenharia com características semelhantes às do objeto desta licitação, especialmente reformas prediais, obras de construção civil ou serviços de manutenção e adequação de edificações

4.3.5 Capacidade Técnica-Profissional: A empresa deverá dispor de equipe técnica qualificada, incluindo profissionais legalmente habilitados e registrados no conselho profissional competente, com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT/TRT).

4.3.6 A licitante deverá indicar profissional (ais), devidamente habilitado (s) junto ao CREA ou CAU.

4.3.7 Será exigida comprovação do vínculo entre o profissional e a licitante, por meio de contrato social, contrato de trabalho ou outro instrumento jurídico admitido;

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

4.3.8 Capacidade Técnica-Operacional: A licitante deverá possuir capacidade técnica operacional com disponibilidade de equipamentos, estrutura necessária, ferramentas e mão de obra qualificada, em quantidade e qualidade suficientes para executar os serviços dentro do prazo estabelecidos.

4.3.9 Atender as exigências de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme previsto na legislação aplicável às contratações públicas.

4.3.10 Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, em plena validade;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.1 A CONTRATANTE convocará a empresa para assinatura do Contrato Administrativo, conforme Minuta de Contrato.

5.2 Para assinatura do Contrato Administrativo, a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias após a convocação, permitindo-se a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

5.3 Art. 94. § 3º No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

5.4 É condição para o recebimento da ordem de serviço e para pagamentos que o Contrato esteja devidamente assinado pelas partes e publicado em diário oficial do município.

5.5 A execução do objeto dar-se-á mediante prévia realização de procedimento licitatório, na modalidade **Concorrência**, conforme preceitua a **inciso XXXVIII do Artigo 6º e §2 do Art. 17 da Lei nº 14.133/2021** de 1º de abril de 2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos e conforme Decreto Municipal nº 59.674 de 23 de fevereiro de 2023, culminando na formalização de contrato administrativo que estabelecerá as obrigações das partes, condições de execução e faturamento.

5.6 Após a formalização contratual, será emitida a respectiva Ordem de Serviço pela unidade competente, autorizando o início da execução.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

5.7 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

5.8 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, observando-se as especificações dos fabricantes, bem como as orientações da fiscalização, a quem caberá a aprovação dos materiais e serviços, conforme previsto na planilha orçamentária e demais documentos técnicos.

5.9 A CONTRATADA deverá cumprir integralmente o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, sendo o prazo de execução contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

5.10 O modelo de execução do objeto compreende etapas sequenciais e interdependentes, visando assegurar a adequada execução contratual, conforme descrito a seguir:

I – Fase Preliminar (Mobilização):

- a) Instalação do canteiro de obras;
- b) Alocação de mão de obra, equipamentos e insumos;
- c) Sinalização e isolamento da área de intervenção, garantindo a segurança dos usuários e trabalhadores;
- d) Apresentação do plano de trabalho detalhado à fiscalização.

II – Fase de Execução:

- a) **Demolições e Remoções:** retirada dos elementos existentes, com acondicionamento e destinação adequada dos resíduos;
- b) **Alvenaria:** execução das adequações necessárias ao novo layout;
- c) **Instalações Hidrossanitárias:** execução das redes de água e esgoto;
- d) **Revestimentos:** preparo das superfícies, impermeabilização, execução de contrapiso e assentamento de pisos e revestimentos cerâmicos;
- e) **Acabamentos:** instalação de louças e metais sanitários, pintura e demais serviços complementares.

5.11 Durante a execução, a CONTRATADA deverá manter a obra limpa e organizada, registrar as atividades no Diário de Obra, bem como participar de reuniões periódicas com a fiscalização para acompanhamento e alinhamento da execução.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

5.12 Fase de Encerramento (Desmobilização e Entrega):

5.12.1 Concluídos os serviços, a CONTRATADA deverá proceder à limpeza final, desmobilização do canteiro de obras e destinação adequada dos resíduos, comunicando formalmente à fiscalização para fins de recebimento provisório e posterior recebimento definitivo, nos termos da legislação vigente.

5.13 Da Rescisão do Contrato

5.13.1 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da Administração, conforme disposto nos artigos 137 a 139, artigos 155 a 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo devidamente motivados nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA.

5.13.2 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

5.13.3 O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão Administrativa prevista nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.13.4 A rescisão determinada por ato unilateral da Administração, conforme Art. 139, IV, da Lei 14.133/2021 acarreta a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração e das multas aplicadas.

5.14 Do Acréscimo, Redução e Reajuste do Contrato

5.14.1 O contrato oriundo deste Termo de Referência poderá sofrer alterações na forma do disposto no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, devendo a CONTRATANTE acordar com a CONTRATADA, preliminarmente, as novas bases do contrato, quando tratar-se de redução superior ao estabelecido em lei.

5.14.2 Os Reajustes poderão ocorrer sempre respeitando ao princípio da anualidade da proposta (art. 2º § 1º c/c art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001).

5.14.3 Caso os técnicos do Município julguem procedente pedido da CONTRATADA, o reajuste será realizado com base no princípio da anualidade e tomando como base o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), data inicial de reajustes será contada a partir da data base do orçamento estimado.

5.14.4 Os atrasos ocasionados única e exclusivamente pela empresa não dão direito ao reajuste de preços.

5.15 Da Transferência do Contrato

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

5.15.1 É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato (ou equivalente) por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra. Não será permitida a subcontratação ou terceirização do serviço contratado.

5.16 Da Garantia

5.16.1. A CONTRATADA recolherá aos cofres do Município de Vilhena/RO, caução correspondente a 1% (um por cento), do valor do Contrato, conforme Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo optar ainda conforme Art. 96, parágrafo 1º, Lei nº 14.133/2021, por uma das modalidades de garantia, entre elas:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

5.16.2. A CONTRATADA ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade, conforme as Normas Técnicas exigidas pelo órgão responsável do objeto deste Termo de Referência, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a CONTRATADA a executar novamente o serviço que estiver fora do padrão, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, até o efetivo atendimento da proposta.

5.16.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado, com fulcro no Art. 120 da Lei 14.133/2021.

5.17 Obrigações da Contratada

5.17.1 É obrigatória a retenção do Imposto de Renda na fonte conforme o disposto no Decreto Municipal nº 60.340, de 15 de maio de 2023 modificado pelo decreto municipal nº 60.470 de 02 de junho de 2023 e considerando também o Recurso Extraordinário nº

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

1293453 julgado no Supremo Tribunal Federal e a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, considerando os casos que atenda os requisitos de isenção.

5.17.2 Compor planilhas observando todos os custos e despesas necessárias para a correta execução do objeto.

5.17.3 Entregar tempestivamente ao Fiscal de Contrato, na sede do CONTRATANTE, nota fiscal e demais documentos necessários, sempre que solicitado.

5.17.4 Manter a regularidade Fiscal nas fazendas (Municipal, Estadual e Federal) e Trabalhistas na Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, considerando todo o decorrer da execução dos serviços.

5.17.5 Executar os serviços, objeto deste Termo de Referência, observando as normas técnicas vigentes, o presente instrumento de referência, as especificações técnicas dos equipamentos, as boas práticas de execução, e empregando somente material de primeira qualidade, que atendam às exigências mínimas de mercado.

5.17.6 Nomear Responsável Técnico, encarregado pelas tarefas, com a missão de, dentre outras coisas, prestar as necessárias orientações aos executores, garantindo assim o perfeito andamento dos serviços.

5.17.7 O Responsável Técnico se reportará, sempre que houver necessidade, diretamente ao Fiscal da Obras e deverá tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer imperfeições, defeitos e/ou falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

5.17.8 Responder e corrigir prontamente todos os problemas, vícios, falhas e defeitos percebidos na execução dos serviços e/ou no fornecimento dos produtos contratados, bem como refazer ou adequar quaisquer serviços impugnados pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.

5.17.9 Comunicar formalmente ao FISCAL DE OBRAS com cópia ao FISCAL DO CONTRATO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o correto cumprimento dos serviços.

5.17.10 Assumir inteira responsabilidade pela qualidade dos equipamentos, ferramentas, peças, partes, componentes, acessórios e materiais empregados.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

5.17.11 A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos materiais licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeitos de fabricação durante a vigência do prazo de garantia.

5.17.12 A CONTRATADA para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.17.13 A CONTRATADA estará obrigada, durante a vigência do prazo de garantia, a realizar a devida manutenção no local.

5.17.14 Fornecer e assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento de toda a mão de obra, peças, equipamentos, materiais, acessórios, ferramentas, utensílios, componentes, suprimentos, transporte e insumos necessários ao perfeito cumprimento dos serviços.

5.17.15 Manter seus técnicos devidamente uniformizados e identificados, bem como provê-los, às suas exclusivas expensas, de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários.

5.17.16 Cumprir fielmente legislação vigente (Norma Regulamentadora nº 18), contratando sem ônus a CONTRATANTE Profissional de Segurança no Trabalho para elaboração de projetos, supervisão ou supervisão sempre que necessário.

5.17.17 Responsabilizar-se por todas as despesas, tais como: impostos, taxas, serviços, licenças, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes do contrato, conforme exigência legal.

5.17.18 A ação ou omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total e irrestrita responsabilidade pela execução de quaisquer serviços.

5.17.19 Manter a execução dos serviços, (Em caso de necessidade de Paralisação por motivos alheios, deverá solicitar sempre por escrito e devidamente justificado, podendo ainda ter este pedido deferido ou indeferido pelo FISCAL DA OBRA ou pelo GESTOR DO CONTRATO).

5.17.20 Executar os serviços contratados estritamente dentro dos prazos estabelecidos.

5.17.21 Os serviços serão executados por mão de obra especializada e deverão obedecer rigorosamente às normas e especificações constantes neste Termo de Referência.

5.17.22 Responsabilizar-se pela reparação de todo e qualquer dano ocasionado.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

5.17.23 Cumprir fielmente as especificações de materiais, peças e ferramentas solicitadas nas planilhas orçamentárias, sendo que serão recusados os que se encontrarem fora de especificação.

5.17.24 Todas as despesas relativas à legalização dos serviços perante os órgãos municipais, estaduais ou federais, correrão por conta da CONTRATADA.

5.17.25 Será de responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, bem como a exigência do uso dos equipamentos de proteção individual necessários, sob pena de paralisação imediata dos serviços.

5.17.26 É vedada a subcontratação ou terceirização de empresa para a execução dos serviços.

5.17.27 A CONTRATADA deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas, a serem realizadas por servidores da CONTRATANTE, bem como deverá comparecer sempre que solicitado para tratar de assunto referente ao bom andamento do processo.

5.17.28 Quando a licitante vencedora for sediada em outro estado federativo, a assinatura e recebimento da ordem de início dos serviços estará condicionada a apresentação do respectivo visto, da empresa e do profissional indicado como responsável pela execução da obra, junto à entidade profissional competente (CREA/CAU ou equivalente) no Estado de Rondônia, sob pena de sofrer as sanções previstas na legislação vigente.

5.17.29 A ordem de serviço só será emitida após a comprovação de inscrição da obra no CNO (Cadastro Nacional de Obra), vinculado ao número de contrato e a ART ou RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução salvo em casos previamente determinados em legislação vigente.

5.17.30 Fornecer em até 05 (cinco) dias após início da obra ficha de registro dos empregados lotados na obra contendo nome completo, foto, cargo, número CPF, número do RG, data de nascimento e valor do salário; Todos os empregados lotados na obra deverão ser registrados.

5.17.31 Apresentar mensalmente em até 07 (sete) dias do mês subsequente comprovante de pagamento de salário (original e cópia) dos empregados vinculados ao CNO da obra;

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

5.17.32 É obrigação da Contratada, solicitar o Recebimento de Obra Pública, por meio formal, em até 30 dias após o recebimento da medição final, bem como providenciar e apresentar as baixas da ART, RRT e do CNO assim que solicitadas.

5.18 Obrigações da Contratante

5.18.1 Conferir os serviços executados e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

5.18.2 Efetuar o pagamento a CONTRATADA pelo serviço contratado no prazo estabelecido.

5.18.3 Verificar se o serviço executado se enquadra ao que fora ofertado pela CONTRATADA e se atende às exigências do Termo de Referência.

5.18.4 Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à CONTRATADA.

5.18.5 Comunicar toda e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados.

5.18.6 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

5.18.7 Fiscalizar a execução dos serviços podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo.

5.19 Recebimento da Obra

5.19.1 Em conformidade com o artigo 140, inciso I da Lei nº 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido:

I. Provisoriamente - para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório pelo FISCAL DE OBRA mediante elaboração de Termo de Recebimento Provisório; e

II. Definitivamente - será efetuado mediante Termo de Recebimento emitido pela COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE OBRAS PÚBLICAS, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo fiscal de obra e a comissão.

5.19.2 Em conformidade com o § 1º, do inciso II, do artigo 140, da Lei nº 14.133/2021, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 119 Lei nº 14.133/2021.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

5.19.3 O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação do CONTRATADO, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

5.19.4 Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

5.19.5 Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.

5.19.6 Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 137 da Lei n. 14.133/2021, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 155 c/c art. 156 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

5.20 Critérios de Aceitabilidade das Propostas

5.20.1 Serão desclassificadas as propostas que:

5.20.2 Não atendam às exigências deste Termo de Referência, do Edital e seus Anexos.

5.20.3 Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.20.4 Não atendam às características mínimas deste Termo de Referência.

5.21 Exigências de Habilitação

5.22 Poderão participar os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Termo de Referência, do Edital e seus Anexos e estiverem habilitados no sistema para participação, desde que:

5.22.1 Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

5.22.2 Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos no Edital.

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, a fim de comprovar a compatibilidade do ramo de atividade com o objeto da licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

5.22.3 O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderá acarretar em desclassificação da empresa.

5.23 Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

5.23.1 Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação.

5.23.2 Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

5.23.3 Que por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

5.23.4 Empresas estrangeiras que não atenderem as exigências de habilitação, onde tais serão exigidas, mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado de Boas Práticas de Fabricação.

5.23.5 Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do Município de Vilhena, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

5.23.6 Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

5.24 Das Penalidades

5.24.1 A CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas cogentes):

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- IV. Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública.

5.24.2 A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

5.24.3 A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

5.24.4 Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

5.24.5 Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Termo de Referência admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 92, VII, da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que a enseja, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

5.24.6 As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

5.24.7 Será admitida a retenção cautelar de valor devido a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, até o esgotamento do processo administrativo. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa contratada perante o CONTRATANTE, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

5.24.8 Os procedimentos a serem adotados, no âmbito do Município de Vilhena para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços, observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas cogentes.

5.24.9 As empresas punidas com Impedimento de Licitar e Contratar com o Município de Vilhena, Suspensão Temporária de Participar em Licitação ou que sejam declaradas Inidôneas para Licitar e Contratar com a Administração Pública deverão ser incluídas no CADFILM.

5.25 Do Foro

5.25.1 Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.1 A gestão do contrato será realizada pelo Município de Vilhena, por meio de agentes públicos especialmente designados para garantir o fiel cumprimento das cláusulas contratuais e das especificações técnicas, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual consistirão na verificação sistemática da conformidade dos serviços prestados, da adequada alocação de recursos e do atendimento às condições pactuadas, visando garantir a perfeita execução do objeto.

6.3 A aferição da qualidade e adequação dos serviços será realizada com base nos critérios técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência, bem como nos demais documentos que integram o processo administrativo.

6.4 A Contratante designará por meio de portaria Gestor do Contrato, conforme o caput do Art. 15 da Instrução Normativa nº 003/2023/CGM.

6.5 A Gestão do Contrato será realizada pelo servidor designado como Gestor do Contrato, incumbindo-lhe a execução das atribuições previstas no art. 4º do Decreto Municipal nº 64.328, de 5 de março de 2025, bem como o acompanhamento do cumprimento integral de todas as cláusulas do contrato administrativo e de seus eventuais aditivos, conforme a indicação do servidor Emanuel Victor Marcelo Fagundes, Assessor

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

Especial III, matrícula nº 17.320, cuja Portaria será emitida em tempo oportuno, por ocasião da necessidade da emissão do Contrato.

6.6 O acompanhamento do gestor de contrato na execução da contratação consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

6.7 A CONTRATANTE, através da SEMPLAN designará também por meio de portaria FISCAL DE OBRA, conforme inciso I, do §1º, do Art. 17, da Instrução Normativa nº 003/2023/CGM.

6.8 A Fiscalização da Obra será realizada por servidor designado como Fiscal de Obra, incumbindo-lhe a execução das atribuições previstas no art. 5º do Decreto Municipal nº 64.328, de 5 de março de 2025 para acompanhar contratações de obra e serviços de engenharia, com qualificação técnica na área de engenharia, para atuar como Fiscal Técnico. Sua função será acompanhar e fiscalizar *in loco* a execução da obra, verificando a qualidade dos serviços e dos materiais, a conformidade com os projetos e normas técnicas, o cumprimento do cronograma, e atestando as medições dos serviços executados. O fiscal deverá registrar todas as ocorrências no Diário de Obra ou em relatório próprio.

6.9 As exigências e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução do objeto do contrato.

6.10 Preposto da Contratada: A empresa contratada deverá manter, durante todo o período de execução da obra, um preposto aceito pela Administração, que terá a responsabilidade de representá-la no local, transmitindo as orientações da fiscalização à equipe de trabalho e resolvendo as questões operacionais do dia a dia.

6.11 A gestão e fiscalização do contrato utilizarão instrumentos formais de controle, tais como: Diário de Obra, relatórios fotográficos periódicos, medições de serviços, reuniões de acompanhamento e comunicações oficiais, assegurando a rastreabilidade das ações e decisões administrativas.

6.12 A fiscalização terá livre acesso ao canteiro de obras e à documentação relativa ao contrato, podendo, a qualquer tempo, solicitar informações, determinar correções e exigir o cumprimento das obrigações pactuadas.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

6.13 As determinações da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a Administração, observados os prazos fixados.

6.14 Eventuais irregularidades identificadas durante a execução deverão ser formalmente comunicadas à CONTRATADA, que deverá adotar, no prazo estabelecido, as medidas corretivas cabíveis, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato.

7 FORMA DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, “g”, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.1 O pagamento ocorrerá mediante conclusão do serviço de execução da Reforma Geral do Vestiário do Tiro de Guerra, de acordo com a análise do fiscal da obra, sendo que a nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA em conformidade com o serviço contratado e com a medição definida, também deverá constar as informações do nº do processo, nº do empenho e nº do contrato, além de conter os dados bancários da contratada, somente após a verificação dessas informações a nota fiscal será certificada pelo Chefe de Gabinete.

7.2 As notas fiscais deverão conter a descrição do objeto, conforme empenho, e estar em nome da CONTRATANTE.

7.3 Em caso de erro na **Nota Fiscal** a CONTRATADA deverá providenciar as devidas correções.

7.4 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

7.5 Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

7.6 A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

7.6.1 Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE.

7.6.2 Se o serviço executado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

7.6.3 No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

7.6.4 A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

7.7 No ato do pagamento a empresa deverá apresentar as Certidões: Negativas de tributos **FEDERAL/INSS**, **FGTS**, **Trabalhista/CNDT**, **Falência, Concordata e Recuperação Judicial**, **Estadual**, e **Municipal** válidas, bem como a documentação conforme segue, exigida através da Instrução Normativa nº 003/2023/CGM, em seu artigo 19, incisos I ao V.

[...]

I.N. 003/2023/CGM – Art. 19. Quando a documentação referente à medição tiver sido entregue pelo fiscal e anexada aos autos (relatório de fiscalização, fotos da etapa da obra que está sendo medida, planilha de medição e demais documentos que julgar necessário para melhor compreensão do que está sendo medido), o processo administrativo deverá ser remetido à Unidade Administrativa de origem, de modo que se proceda a juntada de outros documentos pertinentes ao pagamento daquela medição, que são de responsabilidade da contratada, quais sejam, entre outros:

I. Nota Fiscal, descrevendo os números da medição, do contrato e do convênio (se

for o caso), devidamente certificada pelo ordenador da despesa e contabilizada pelo setor responsável, a secretaria deverá verificar se o valor do recolhimento do ISSQN está de acordo com o percentual de BDI inserido na proposta de preços da Empresa contratada para a execução da obra, conforme Notificação Recomendatória Circular nº 001/2022/GPEPSO;

II. GPS do período de competência referente à medição - registrada na CNO da empresa (quando for o caso);

III. GFIP do período de competência referente à medição;

IV. Certidões Negativas conforme legislação;

V. Relatório do fiscal do contrato, conferindo e certificando as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras, evidenciando a execução do mesmo, com informações que julgar necessárias, em atendimento as Normativas vigentes;

Parágrafo único. Além dos documentos descritos acima, poderá ser solicitado outros necessários pertinentes à medição.

[...]

7.8 Não havendo impedimentos por parte do CONTRATADO, a **Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ** efetuará, em até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal.

7.9 A emissão da nota fiscal/fatura é de total responsabilidade da Contratada e deverá observar a legislação aplicável.

7.10 Serão retidos na fonte, a cada pagamento efetuado, os valores correspondentes ao **ISSQN** (Imposto sob serviço de qualquer natureza), em conformidade o Código Tributário do Município de Vilhena-RO, e se for o caso, também poderão ser retidos os valores

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

relativos às contribuições sociais nos termos da Instrução Normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009, da Receita Federal do Brasil.

7.11 De conformidade com a legislação, o Contratante efetuará a retenção da tributação pertinente, pois é obrigatória a retenção do Imposto de Renda na fonte conforme o disposto no Decreto Municipal nº 60.340, de 15 de maio de 2023 modificado pelo decreto municipal nº 60.470 de 02 de junho de 2023 e considerando também o Recurso Extraordinário nº 1293453 julgado no Supremo Tribunal Federal e a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, considerando os casos que atenda os requisitos de isenção.

8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.1 O valor total estimado para a execução do objeto é de R\$ 119.920,13 (cento e dezenove mil e novecentos e vinte reais e treze centavos), obtido a partir dos levantamentos quantitativos e qualitativos dos serviços, elaborados com base nos projetos de engenharia, memoriais descritivos e especificações técnicas que compõem o empreendimento.

Item	Código Elotech	Descrição	Unid.	Quant.	MÉDIA	Preço Total
1	129767	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Reforma Geral do Vestiário do Tiro de Guerra localizado na Avenida Vitória Régia (Avenida 1705) nº 1626, Lote 01-R1 da Quadra 17 do Setor 17 - Jardim Primavera. A presente obra contempla remoção de todo sanitário, com novo piso, azulejo, alvenarias e refazimento layout conforme Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais documentos constantes nos autos.	SERVIÇO	01	R\$ 119.920,13	R\$ 119.920,13
VALOR TOTAL						R\$ 119.920,13

8.2 A estimativa orçamentária para a execução da reforma do vestiário do Tiro de Guerra foi elaborada considerando as composições de custos unitários de serviços, insumos, equipamentos e mão de obra especializada, tendo como referência o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de parâmetros técnicos aplicáveis à execução de obras de reforma predial e manutenção de edificações públicas.

8.3 Essa metodologia assegura que os valores estimados sejam compatíveis com os preços de mercado, tecnicamente fundamentados e adequados à execução dos serviços

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

previstos no projeto, servindo como base confiável para elaboração do Termo de Referência e subsequente contratação.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade **Concorrência**, conforme preceitua a **inciso XXXVIII do Artigo 6º e §2 do Art. 17 da Lei nº 14.133/2021** de 1º de abril de 2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos e conforme Decreto Municipal nº 59.674 de 23 de fevereiro de 2023.

9.2 Tal regime mostra-se adequado à presente contratação, uma vez que o objeto encontra-se devidamente definido em seus aspectos quantitativos e qualitativos, por meio de projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos, permitindo a adequada mensuração dos custos e a assunção dos riscos ordinários pela contratada.

9.3 A escolha da modalidade **concorrência** justifica-se pela natureza de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente especificados, assegurando ampla competitividade, transparência e eficiência no certame.

9.4 Exigências de Habilitação

9.4.1 Os critérios de habilitação serão estabelecidos em conformidade com os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser exigidos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira compatíveis com a complexidade do objeto, suficientes para garantir a capacidade de execução contratual, vedadas exigências excessivas que restrinjam a competitividade.

9.4.2 Dessa forma, a forma de seleção e o critério de julgamento adotados mostram-se técnica e juridicamente adequados, assegurando a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade e eficiência.

9.4.3 É importante ressaltar que aquele que contrata com a administração pública deve manter todas as qualificações técnicas durante a vigência do contrato ou seu equivalente sob a pena de cancelamento do contrato ou seu equivalente e a devida aplicação de sanções.

PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br





MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito

9.4.4 Deverá manter a regularidade Fiscal nas fazendas (Municipal, Estadual e Federal) e Trabalhistas na Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, considerando todo o decorrer da execução dos serviços.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.1 Considerando que existe a disponibilidade orçamentária para execução do serviço, as despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CENTRO DE CUSTO:	323
ÓRGÃO:	02 - GABINETE DO PREFEITO
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	02.001 - GABINETE DO PREFEITO
FUNÇÃO:	05 - DEFESA NACIONAL
SUB FUNÇÃO:	153 - DEFESA TERRESTRE
PROGRAMA:	0020 - APOIO ADMINISTRATIVO
PROJETO/ATIVIDADE:	2152 - MANUTENÇÃO DO TIRO DE GUERRA
NAT. DA DESPESA:	4.4.90.51- OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE DE RECURSOS:	25000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES

Vilhena-RO, 26 de maio de 2026.



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
THIAGO ROBERTO GRACI ESTEVANATO

28/05/2026 19:25:16

https://vilhena.oxxy.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?Identificador=196a8813-5958-4a7d-b474-0bcac3ef402f
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Thiago Graci
Chefe de Gabinete do Município
Decreto nº 64.212/2025
[assinatura eletrônica]



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
MACIEL OLIVEIRA MAGALHÃES

26/05/2026 13:40:17

https://vilhena.oxxy.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?Identificador=196a8813-5958-4a7d-b474-0bcac3ef402f
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Elaborado por:
Maciel Oliveira Magalhães
Assistente de Gabinete
Matrícula nº 15.480
[assinatura eletrônica]

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://vilhena.oxxy.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?Identificador=196a8813-5958-4a7d-b474-0bcac3ef402f> - Página 29/29



PAÇO MUNICIPAL AYMORÉ HORTA PEREIRA.
Avenida Rony de Castro Pereira, nº 4177, Bairro Jardim América - Fone: (069) 3919-7080
CEP 76.980-736 Vilhena/RO - e-mail: gabinete@vilhena.ro.gov.br